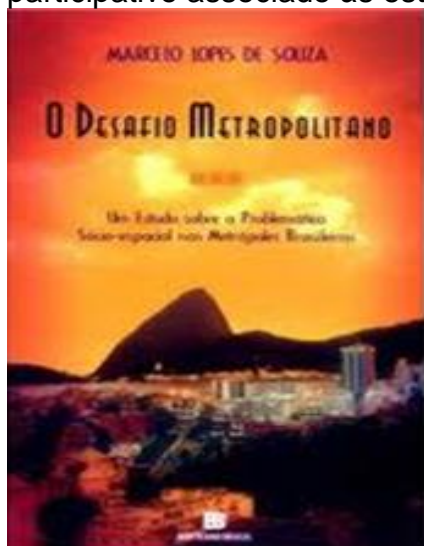


SOUZA, Marcelo José Lopes. **O Desafio Metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 2ª ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2000, 368 p.

Iomara Barros de Sousa<sup>1</sup>

Sônia Vidal Gomes da Gama<sup>2</sup>

Na obra intitulada “O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras” Souza (2000) mostra um conjunto de problemas sociais em cidades metropolitanas do Brasil como a insegurança, o tráfico de drogas, dentre outros. Por conseguinte, promove o debate para a solução dessas mazelas sociais por meio de ações e estratégias conjuntas entre as esferas de poder municipal, estadual e federal através de um planejamento urbano participativo associado às estratégias de desenvolvimento sustentável.



Nas últimas décadas do século XX, houve uma intensificação do desenvolvimento econômico das metrópoles brasileiras, porém não foi acompanhada de um desenvolvimento sócio-espacial. Assistimos ao agravamento dos problemas sócio-espaciais, tais como desigualdade social expresso nas condições precárias de moradia, crescimento da informalidade, desemprego, tráfico de drogas, os quais desencadearam a “crise urbana” que é, acima de tudo, uma crise metropolitana.

O desenvolvimento sócio-espacial das cidades metropolitanas deve ser analisado além da ótica economicista, em direção a modelos de desenvolvimento elaborados através da co-participação entre o Estado e a sociedade civil como um todo, e de maneira específica para cada região metropolitana, no sentido de promover melhor qualidade de vida de modo sustentável para a população tanto do ponto de vista ambiental quanto social, traduzindo-se na equidade social. Para tanto, é preciso levar em consideração a dimensão cultural e intersubjetiva dos cidadãos, suas identidades sócio-espaciais, suas representações sociais em busca da superação da injustiça social, bem como os problemas urbanos primários (pobreza e segregação sócio-espacial) e a criminalidade que assolam essa camada social da população brasileira.

Segundo o autor, a solução para os problemas sociais consiste em promover o desenvolvimento sócio-espacial metropolitano no Brasil caracterizado pelo mesmo como **desafio metropolitano**. Neste sentido, é preciso superar as contradições sócio-espaciais nas cidades metropolitanas, desmantelando as políticas

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). contatoiomara@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). sgama.neppt@gmail.com.

governamentais municipais do *status-quo* responsáveis, em grande parte, pela exclusão social.

Faz-se necessário que os agentes da produção do espaço como as instituições governamentais, a sociedade civil e a iniciativa privada agreguem ações conjuntas visando implementar estratégias para reverter, de modo sustentável, a injustiça social, segregação e discriminação social e, ainda adversidades econômicas como o desemprego, através do aumento da oferta dos serviços básicos de saúde e educação, autonomia e participação nas decisões políticas.

É preciso desmistificar o mito da marginalidade caracterizada pelo preconceito em relação ao morador da favela criando estigmas como marginais, bandidos, traficantes que, na maioria das vezes é composta por trabalhadores com renda média de até dois salários mínimos dentro do mercado informal. Embora seja sabido que a falta de oportunidades no mercado de trabalho formal pode significar um fator de estímulo ao “exercício” da criminalidade. A territorialização do crime organizado nas favelas é uma característica impressa no tecido urbano, dada a fragmentação sócio-política-espacial à escala da cidade.

A metrópole no Brasil se insere numa situação social dual: espaços de riqueza caracterizados pelas construções de condomínios fechados, shoppings centers, onde a classe mais abastada prioriza segurança, objetos artificiais que foram incorporados às regiões metropolitanas a partir da década de 80 que, em grande parte, se apresentam como espaços seletivos de acordo com a localização geográfica; por outro lado, verifica-se no espaço das metrópoles situações de pobreza e miséria, insegurança, violência que gerou um incremento das estratégias de sobrevivências ilegais entre os pobres urbanos devido a vários fatores, como a crise econômica da década de 80 que reduziu postos de trabalhos, principalmente para as pessoas menos qualificadas.

O problema mais acentuado gerado pelo tráfico de drogas sobre os espaços urbanos, notadamente as favelas, é o bloqueio do desenvolvimento sócio-espacial autêntico, ou seja, restrições quanto ao desejo de integração à sociedade por meio de participação nas decisões políticas da sua cidade, isto é, o exercício da cidadania em meio à compra de votos por candidatos da comunidade para se elegerem, bem como o desvio de conduta de muitos policiais e políticos.

Em meio ao aumento da conscientização e, por conseguinte mobilizações populares, a sociedade ainda é marcada por um crescimento do individualismo e do sentimento de insegurança devido à criminalidade, que pode criar obstáculos para a formação de ativismos, haja vista a formação de milícias na Baixada Fluminense ou na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

O autor deixa claro que não há como correlacionar pobreza e criminalidade por explicações economicistas quanto “social-psicologizantes” ou institucionalistas para o agravamento da violência urbana e o crescimento da criminalidade, pois, caso esse posicionamento fosse aceito, todas as cidades pobres seriam espaços violentos. Não é o crime organizado que contribui para os elevados índices de violência no Rio, mas sim a “desordem” sociopolítica, o enfraquecimento do papel controlador do Estado e a sua ausência destas áreas, consolidando um amplo território da venda de drogas e renda ao tráfico. Sendo assim, o tráfico de drogas é um dos componentes principais da problemática social e, por extensão, do desafio metropolitano.

Outra problemática social e que, por extensão, agrega-se ao desafio metropolitano, diz respeito à degradação ambiental. Ora, um desenvolvimento sócio-

espacial autêntico não pode ser alcançado desconsiderando o meio ambiente, como por exemplo, os usos do solo. O preconceito social considera os pobres como os agentes responsáveis pela degradação ambiental, como os desmatamentos, e o pior é que são os pobres urbanos segregados as principais vítimas dos “desastres naturais”, como deslizamentos das encostas, enchentes; entretanto, é preciso compreender que a produção da riqueza também contribui tanto quanto ou até com maior intensidade para a degradação dos recursos naturais. Dessa forma, desmistifica-se a relação de causa e efeito entre a pobreza e a degradação ambiental, porém os conflitos e os problemas ambientais mais graves são aqueles ligados pobreza e à segregação, decorrentes de uma sociedade profundamente heterônoma e injusta com grande parcela da população. Faz-se necessário uma legislação urbano-ambiental de nível municipal que reúna interesses comuns entre municípios metropolitanos.

O autor menciona alguns “modelos” de desenvolvimento sócio-espacial em metrópoles brasileiras, como é o caso de Curitiba. A metrópole de Curitiba, considerada uma cidade de “Primeiro Mundo” em razão do seu planejamento urbano, desenvolvido pelo arquiteto Jaime Lerner, apresenta ações voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável, conduzido por políticas, como por exemplo, a coleta seletiva de resíduos, a gestão do tráfego, a urbanização de favelas com políticas como a regularização fundiária.

De fato, o “modelo” de desenvolvimento em Curitiba é resultado da pujança e vitalidade econômica do Paraná, que apresenta um dos maiores níveis de educação da população e, principalmente, continuidade na gestão urbana.

Em relação ao Rio de Janeiro, seja analisado como metrópole ou como município, o desenvolvimento urbano seguiu um modelo modernizante. Foram aterrados mangues, canalizados rios, houve eliminação da cobertura vegetal. Com isso, os custos ambientais e sociais, como o deslizamento de encostas e enchentes, têm sido enorme, sendo que, na grande maioria, é a população pobre que sofre com a degradação ambiental. A metrópole do Rio é caracterizada com sintomas de ingovernabilidade como a regularização fundiária completa incompleta, gerando déficit de planejamento e gestão. Assiste-se uma “ingovernabilidade urbana”, ou seja, a exarcebção da segregação, a territorialização do tráfego nas favelas do RJ, as ocupações irregulares de terrenos, como decorrência da natureza injusta da própria ordem vigente, pois a privatização de logradouros públicos também poderia ser caracterizada como crise de governança. Dentro do modelo civilizatório capitalista não há como evitar completamente a ingovernabilidade.

O racismo é um dos sérios problemas para se alcançar a justiça social no país e a discussão sobre o desenvolvimento socioespacial no Brasil sem esta reflexão permaneceria excessivamente abstrata e incompleta.

Duas estratégias de desenvolvimento urbano são defendidas pelo autor. A primeira seria o desenvolvimento sustentável em busca de enfrentar as verdadeiras contradições sociais e a lógica capitalista essencial por trás das degradações ecológicas e dos problemas ambientais: deve-se buscar uma estratégia de desenvolvimento sustentável que articule a sustentabilidade de crescimento econômico em prol de uma melhor qualidade de vida. A segunda defende que o planejamento urbano alternativo fomenta a participação popular no planejamento, ou seja, havendo uma co-gestão por parte do Estado e da sociedade civil, o planejamento deixa de ser um documento técnico e passa a ser um documento de elaboração, atualização de diretrizes; este por sua vez, passa a ser entendido como

instrumento orientador da negociação política, não se reduzindo aos planos estratégicos de cunho empresarial, sendo pautada pela autonomia individual e coletiva, condição para maior justiça social.

Em suma, o autor busca discutir a fragmentação do tecido sócio-político-espacial da metrópole, a pobreza, a segregação e a criminalidade, juntamente com a ingovernabilidade urbana, em busca da construção de ambientes metropolitanos mais autônomos e com maior justiça social. Para tanto, propõe que esses problemas sociais metropolitanos se constituem no “desafio metropolitano”, realidade somente possível de ser modificada mediante a superação da injustiça social por meio da igualdade de acesso na tomada de decisões e na participação consciente, ou como reforça o autor, em uma palavra: autonomia. Não basta pensar nas relações sociais separadas do espaço social, o espaço sempre exerce papel decisivo no desenvolvimento econômico. Sem uma transformação do espaço não é possível alcançar um desenvolvimento sócio-espacial duradouro. O desafio metropolitano é o desafio da instauração de instituições sociais com maior autonomia, o encontro solidário e técnicas mais conviviais em vez da segregação e dos preconceitos.

Submetido em: 07/01/2013

Aceito para publicação em: 21/11/2013

Publicado em: 05/04/2014